

Publique-se Inclua-se em
pauta por CINCO sessões
17 / II / 97
RICARDO TRÍPOLI - Presidente

PROJETO DE LEI Nº 42, de 1997.

FLS. N.º 01...
PROC. 2.81...
.....

Dispõe sobre a obrigatoriedade
de realização da eletroforese
em exames pré-natais e dá
outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Art. 1º. Nos exames pré-natais, realizados por
todas as unidades de saúde do Estado de São Paulo, deve
rá constar a eletroforese de proteínas sanguíneas.

§ 1º. No caso do resultado do exame apontar a
existência da anemia falciforme, a gestante deverá ser o-
rientada sobre os métodos de controle dos efeitos da ane-
mia.

§ 2º. Os resultados positivos de anemia faldi -
forme deverão ser registrados e centralizados no órgão esta-
dual competente.

Art. 2º. Os Estado de São Paulo deverá divul-
gar periodicamente, em campanha educativa, as causas e
os métodos de controle de anemia falciforme para a popu-
lação em geral.

Art. 3º. As despesas, decorrentes da execução
desta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias
próprias.

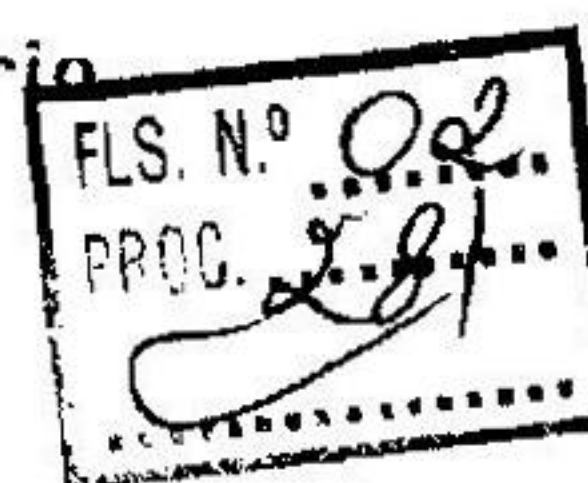
Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de
sua publicação.

PROTOCOLO

REGISTRO GERAL LEGISL.
281 de 18 / 02 / 1997
Autuado 03
Ass: C

ATREVE A MESMA EM
14 FEV 14 24 6 000509

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário



JUSTIFICATIVA

A Anemia Falciforme é resultado de alteração de um gene responsável pela hemoglobina. As pessoas nascidas com esta doença, têm um gene alterado que produz / uma hemoglobina defeituosa, e portanto uma célula vermelha defeituosa.

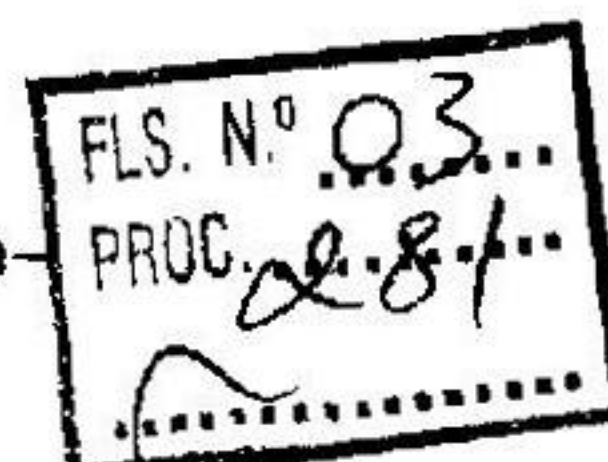
O número crescente das células falciformes - que dificultam a circulação do oxigênio pelas veias e artérias menores, leva a pessoa vitimada a se tornar anêmica, pálida e sem energia.

Comparativamente à fenilcetonúria que como a Anemia Falciforme é um produto hereditário; na primeira, o organismo é incapaz de metabolizar a substância finilalanina que, acumulada no organismo, causa o retardamento / mental. E o exame que constata esta doença - "Teste do Pezinho", é realizado face à obrigatoriedade de Lei existente desde os idos de 1964. E a incidência deste mal assola 1 a cada 10.000 nascimentos. Já com relação à Anemia Falciforme, esta, comprovadamente, atinge 1 a cada 1.000 crianças nascidas.

Em 1997, cerca de 2.000 crianças vão nascer / com Anemia Falciforme no Brasil.

A obrigatoriedade da realização do exame que custa R\$ 1,00 e a constatação da Anemia Falciforme, incluindo-o na fase pré-natal da gestante, e a sua exigência ao recém-nascido, é salutar para o seu tempestivo diagnóstico

e adequado encaminhamento para orientação familiar e con-
sequente tratamento.



Estanque o real fato da inexistência de uma po-
lítica pública voltada ao acompanhamento genético de ca-
sais, com o tratamento adequado e diagnóstico desta doen-
ça, é de salientar-se que este mal vem afetando em espe-
cial as camadas mais carentes da sociedade brasileira, des-
provida de atenção especial por parte dos órgãos de saúde
pública, e de uma maneira particular, a raça negra.

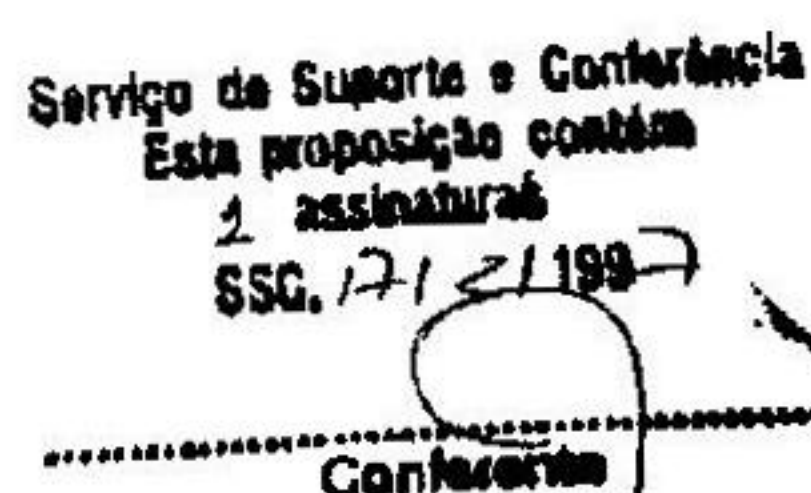
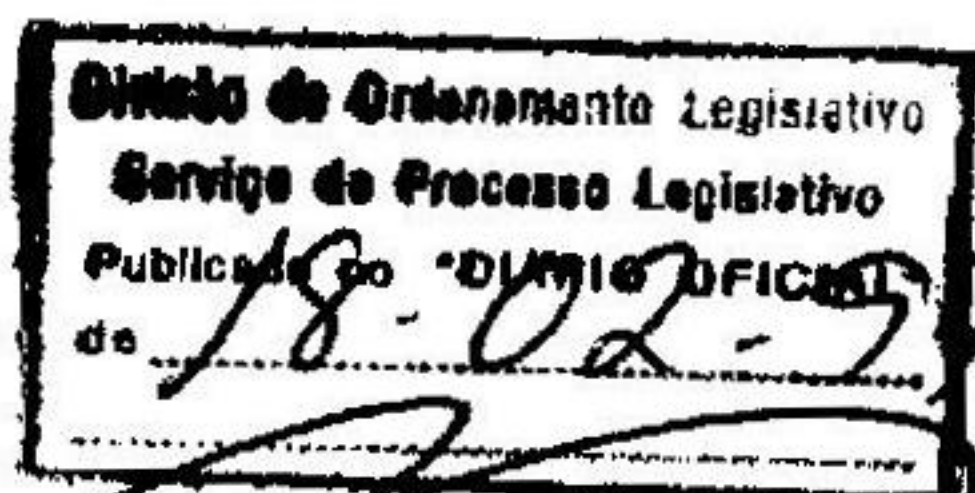
A expectativa de vida dos falcêmicos no país gi-
ra em torno dos 4 aos 30 anos de idade, sem o devido tra-
tamento dado após a constatação. Nos EUA, onde há testes /
em massa, os doentes vivem em média 57 anos. Logo, a
criação de Lei específica exigindo a realização deste exame
nas gestantes e recém-nascidos, criará condições de melhor
diagnosticar a tempo esta doença, evitando-se a morte
prematura daqueles que a herdam, aumentando-se sua pers-
pectiva de vida e melhorando o padrão de tratamento da sa-
úde pública, adequada aos direitos inerentes pregados pela
Lei Maior a todo brasileiro, em especial o povo de São Pau-
lo.

Sugerimos além do acompanhamento e aconselha-
mento da doença, que nos pré-natais em que envolva mulhe-
res, homens ou ambos doentes que haja um planejamento fa-
miliar e acompanhamento genético, no sentido de orientá-los,
para que tenham o menor número possível de crianças porta-
doras deste mal.

Isto posto, esperamos contar com o benepláci-
to dos Ilustres pares na aprovação do
presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em

NEKSON SALOMÉ



As Comissões de:

I) Constituição e Justiça

II) Saúde e Higiene

III) Finanças e Orçamento

21/02/1977

RICARDO TRIUNFI - Presidente

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

PROTOCOLO

ENTRADA EM 27/2/97

Brito

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ENTRADA

EM 27/02/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

DISTRIBUIÇÃO

Ao Senhor Dep. Chico Bezerra

com prazo para devolução dentro de 10 dias

13/03/97

Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

REDISTRIBUIÇÃO

Ao Senhor Dep. Roberto Pirini

com prazo para devolução dentro de 40 dias

20/05/97

Presidente

JUNTADA

Segue Juntada

Relatório CCT (CB)

com 01

de 05

Ass. numeradas a partir

C.O. 21/03/97

SECRETÁRIO DE COMISSÃO